



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SANTOS
FORO DE SANTOS
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO S/N, Santos - SP - CEP 11013-910
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital n.º: **1006280-93.2024.8.26.0562**
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**
Impetrante: **Deskgraphics Realize Tecnologia Ltda.**
Impetrado e Litisconsorte Passivo: **Pregoeiro da Unidade de Licitações da Prodesan – DELIC-LICIT e outros**

Juiz de Direito: Dr. **Bruno Nascimento Troccoli**

Vistos.

Deskgraphics Realize Tecnologia Ltda., ajuizou **Ação de Mandado de Segurança** em face do **Pregoeiro da Unidade de Licitações da Prodesan – DELIC-LICIT**, apontando a **Prodesan Progresso e Desenvolvimento de Santos SA.** como órgão de representação da autoridade apontada como coatora e o **SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial** como interessado, todos qualificados nos autos, sustentando, em síntese, ter sido preterida no Pregão Eletrônico n.º 001/2024, sob o processo n.º 1049/2023, tendo por objeto a contratação de empresa especializada em treinamento e implantação da metodologia *Building Information Modelling (BIM)* para o desenvolvimento de projetos nas áreas de arquitetura e engenharia. Segundo a impetrante, ela sagrou-se vencedora do certame, porém o SENAI recorreu administrativamente da decisão que o havia desclassificado do evento, cujo recurso foi provido e sagrado do SENAI como vencedor, em detrimento da impetrante que foi por isso relegada ao segundo lugar.

Apontou a impetrante como motivo para a desclassificação do SENAI a violação ao item 2.1.2 do edital do Pregão Eletrônico n.º 001/2024, uma vez que ali era expressamente vedada qualquer identificação das empresas proponentes, tendo o SENAI se identificado através da juntada ao sistema eletrônico do pregão de documentos que continham sua identificação.

Na inicial foi requerida liminar para que fosse suspensa a licitação sob exame até o julgamento desta lide, o que foi deferido às fls. 406/407, depois de dirimido conflito negativo de competência, que estabeleceu este juízo como competente para apreciação da controvérsia (acórdão de fls. 352/359).

A PRODESAN ingressou no feito às fls. 360/361 e apresentou informações às fls. 503/512.

1006280-93.2024.8.26.0562 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SANTOS
FORO DE SANTOS
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO S/N, Santos - SP - CEP 11013-910
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Às fls. 415/431, o SENAI contestou o pedido.

Às fls. 532/533, a PRODESAN requereu fosse considerada como autoridade a responder pelo ato apontado como abusivo o Diretor-Presidente da PRODESAN e não o pregoeiro da unidade de licitações da PRODESAN – DELIC-LICIT. O pedido foi indeferido, por preclusão.

Réplica às fls. 538/552.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cópia do recurso administrativo do SENAI foi por ele próprio juntado às fls. 433/439. À fl. 434, ele faz uma exposição dos fatos, onde informa que sua proposta foi desclassificada pelo pregoeiro, em 08.02.2024, sob o seguinte fundamento:

“A licitante foi desclassificada, pois descumpriu o estabelecido no item 2.1.2. do Anexo I - Termo de Referência, identificando a empresa participante por meio dos anexos.”

Ali o SENAI informa que por isso a sessão pública de licitação ocorreu sem a sua participação, tendo ocorrido a arrematação do lote objeto do certame pela impetrante.

Ainda naquele recurso, à fl. 435 destes autos, em resumo, o SENAI requereu a declaração de nulidade da sessão pública realizada, alegando que a ata daquela sessão foi omissa quanto aos motivos para desclassificar o SENAI.

À fl. 436 consta que o SENAI afirmou em seu recurso não ter descumprido qualquer regra editalícia. Analisa o item 2.1.2 do Anexo I – Termo de Referência utilizado pelo leiloeiro para desclassificá-la, transcrevendo-o:

2.1.2. O licitante deverá informar, OBRIGATORIAMENTE, no campo “Informações Adicionais” do Formulário Eletrônico da Proposta, a descrição dos serviços, de acordo com as Especificações constantes dos ANEXOS I e II e demais características do(s) serviço(s) ofertado(s), sendo vedada a inclusão de qualquer informação que possibilite a identificação da empresa proponente, tais como: impressos padronizados, carimbos, timbres, assinaturas, entre outros, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.”

À fl. 438, é demonstrado que o SENAI argumenta que a proibição de identificação das proponentes estava restrita ao campo "Informações Adicionais", pois o edital não continha qualquer vedação de identificação das proponentes na remessa de documentos para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SANTOS
FORO DE SANTOS
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO S/N, Santos - SP - CEP 11013-910
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

habilitação das empresas interessadas. Alega falta de clareza do edital nesse sentido.

Em primeiro lugar destaco não haver notícia de que o SENAI tenha apresentado qualquer impugnação ou solicitado esclarecimentos acerca de eventuais dúvidas sobre os termos do edital, conforme lhe facultava o item 3 do mesmo (fls. 442/443).

É necessário aqui fazer a devida diferenciação do que é a juntada de documentos exigidos pelo edital no sistema disponibilizado para o PREGÃO ELETRÔNICO, do que é a apresentação de propostas.

Seja o sistema PRODESAN, do Banco do Brasil, seja o COMPRASNET instituído pelo Governo Federal, qualquer deles está sujeito às regras das normas que regem o Pregão Eletrônico. E independentemente da forma como administram seus sistemas, devem assegurar o sigilo dos proponentes e das respectivas propostas tanto ao leiloeiro, como aos participantes do certame e a quem quer que seja até o encerramento da sessão pública e abertura das propostas pelo pregoeiro. Isso é inerente ao Pregão Eletrônico.

O Decreto Federal n.º 10.024/2019, em atenção à previsão da Lei n.º 8.666/93, disciplinou em seu art. 26, § 8º, que os documentos que compõem a proposta e a habilitação nos pregões eletrônicos apenas estarão disponíveis para avaliação do pregoeiro após o encerramento da fase de lances:

“Art. 26. (...)

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.”

Vê-se que o decreto preocupou-se exatamente em impedir a existência de qualquer favorecimento na modalidade de licitação "Pregão Eletrônico", pois, se tais documentos não estão acessíveis ao pregoeiro, também não estarão ao público como um todo.

Entendo incorreta a afirmação da PRODESAN de fl. 505, ao invocar a Lei n.º 13.303/2016, apontando que em seu artigo 34 prevê que será sigiloso o valor estimado do contrato, situação que deve perdurar até o momento em que se iniciam as propostas ofertadas, no caso do pregão eletrônico. A invocação da PRODESAN serve apenas para informar que o sistema por ela utilizado garante o sigilo das informações até o momento da abertura das propostas, impedindo que elas sejam modificadas, ou seja, cumprindo o que determina o Decreto Federal n.º 10.024/2019.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SANTOS
FORO DE SANTOS
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO S/N, Santos - SP - CEP 11013-910
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Logo, conforme o documento de fl. 494, juntado pelo SENAI, a fundamentação da sua desclassificação foi a seguinte:

"A licitante foi desclassificada, pois descumpriu o estabelecido no item 2.1.2. do Anexo I - Termo de Referência, **identificando a empresa** participante por meio dos Anexos."

À fl. 438, o SENAI confirma que anexou documentos com sua identificação.

Pelo que se depreende das informações prestadas pela PRODESAN, muito embora existam campos distintos para alimentar as informações e documentos da proposta e da habilitação, estando o sistema programado para revelar as informações apenas após o encerramento da fase de lances, o SENAI juntou anexos com sua identificação, o que constitui **vício insanável**, tendo sido **correta** a sua **desclassificação**.

Isto posto, resolvo o mérito com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil para **JULGAR PROCEDENTE** o pedido, **CONCEDER A SEGURANÇA** buscada, **DECLARAR** a impetrante **DESKGRAPHICS REALIZE TECNOLOGIA LTDA.** vencedora do Pregão Eletrônico n.º 001/2024, objeto do Processo Licitatório n.º 1049/2023 e **DETERMINAR à PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos – SP e ao seu Pregoeiro da Unidade de Licitações DELIC-LICIT** que adotem as providências necessárias ao cumprimento desta sentença.

A fim de garantir a segurança jurídica, **mantenho a liminar** concedida para suspensão do processo licitatório até o trânsito em julgado desta sentença.

Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança (súmula 512, do STJ). No entanto, **CONDENO** a **PRODESAN** no reembolso das despesas processuais adiantadas pelo impetrante.

Aguarde-se o prazo para recurso voluntário e, com ou sem recurso, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para reexame necessário.

Ao trânsito em julgado, arquivem-se observadas as formalidades legais.

P. I. C.

Santos, 23 de julho de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA